



EDITORIAL

Apresentamos o número 57 (Edição de 2020/2) da Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências da Saúde e da Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Enfermagem, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBAROI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, ensaios, revisões bibliográficas, relatos de experiências, nas áreas de conhecimento indicadas.

Nesta quinquagésima sétima edição, colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São quatorze artigos que apresentam análises e reflexões de autores/as vinculados/as às áreas da educação, da sociologia, da psicologia, do serviço social, da saúde. São abordados temas como, por exemplo, a globalização, a reestruturação do capitalismo e suas repercussões sobre o trabalho, as políticas nacionais de saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, os programas sociais voltados à população pobre, as mudanças na família nas sociedades contemporâneas, as dinâmicas de institucionalização de idosos, a violência na sociedade, a pesquisa e a educação.

O artigo que abre o número tem como título *Recomposición neoliberal y reformas laborales en el Mercosur: los casos de Argentina y Brasil (2015-2020)*. Seus autores, **Alejandro Frenkel** e **Bruno Dobrusin**, analisam o desenvolvimento da agenda trabalhista no MERCOSUL, considerando as mudanças recentes no contexto latino-americano e internacional. A perspectiva de governos neoliberais na América do Sul, segundo os autores, afirma e reafirma possibilidades de reformas nas legislações trabalhistas, orientadas pelo interesse de uma inserção internacional “eficiente” e voltada à competitividade das economias do bloco de integração sul-americano no contexto de mundialização do capital.

Na sequência, no artigo *Globalização, exclusão social e direitos humanos na sociedade contemporânea: alguns aportes para o debate*, **Celso Gabatz** apresenta algumas questões conceituais sobre globalização, exclusão social, conflitos sociais e direitos humanos nas sociedades contemporâneas. Com a análise apresentada, indica o autor, pretende-se provocar a reflexão sobre os “efeitos da globalização nos processos de estruturação, desestruturação e reestruturação dos modelos de interação humana e os possíveis desafios no âmbito das sociabilidades permeadas pelos padrões da sociedade de consumo”.

Marieli Mezari Vitali, Camila Maffioletti Cavaler, Jacks Soratto e Amanda Castro, em *O mercado de trabalho é muito cruel: representações sociais de mulheres em sofrimento psíquico*, apresentam uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar as representações sociais sobre trabalho para pessoas que vivenciam sofrimento psíquico. Com base na pesquisa realizada com “usuárias” de um Centro de Atenção Psicossocial, os autores indicam os eixos temáticos presentes nas representações sociais das mulheres investigadas: aspectos adoecedores do trabalho, significado do trabalho, perspectiva de futuro, sonho de infância e adolescência, imagens relacionadas ao trabalho e sociabilidade. Ao final, como apontamento conclusivo da análise, os autores afirmam que as representações sociais do trabalho para as participantes da pesquisa “estão ancoradas em suas experiências negativas de trabalho e objetificadas na imagem do dinheiro, que garante a subsistência e o lazer”.

Ana Cristina Serafim Silva e Raimara Pereira Lourenço Duarte, no artigo *O Trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: percepção da rede de proteção*, apresentam dados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar como as ações são construídas por atores sociais responsáveis por redes de proteção social de crianças e de adolescentes. A análise apresentada pelas autoras, a partir de informações levantadas com a realização de entrevistas com “atores sociais” que atuam em redes de proteção social numa cidade média de Tocantins, indica a existência de um distanciamento entre a rede de proteção social de crianças e de adolescentes e a ocorrência de trabalho infanto-juvenil na cidade investigada: poucos entrevistados indicaram ter registros de trabalho infanto-juvenil, embora quase todos “já viram ou têm conhecimento de crianças e adolescente em situação de trabalho”. Mesmo sem um conhecimento preciso da realidade, os atores sociais investigados consideram o trabalho de crianças e de adolescentes “como dignificante”, como uma atividade que, desde que “não interfira nos estudos e não ofereça riscos à saúde”, “possibilita as crianças e os adolescentes criarem responsabilidades”.

No artigo *Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: uma reflexão sobre a gestão da saúde e doença da classe-que-vive-do-trabalho*, **Maritânia Salette Salvi Rafagnin** e **Thiago Ribeiro Rafagnin** argumentam que, no âmbito do Sistema Único de Saúde, as ações relacionadas à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras são orientadas para o tratamento de doenças, sem a problematização necessária da relação processo de trabalho – adoecimento. Além disso, essas ações são organizadas a partir de um “imaginário social” que tem como personagem o trabalhador inserido no mercado formal, desempenhando atividades de risco relacionadas ao “trabalho pesado”. Essas orientações, enfatizam os autores, ilustram os limites da atuação do Estado, pois em suas instituições as ações visam apenas as medidas de tratamento, sem um comprometimento com a prevenção e com a promoção da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Taise Fernanda Kohler, Bruna Maiara Giraldi e Rosana Marques da Silva Rampazzo, no artigo *Práticas em saúde no trabalho: relato de estágio com a equipe de enfermagem de um hospital de Santa Catarina*, apresentam e analisam uma experiência de estágio de psicologia em atividades de promoção à saúde junto a uma equipe de enfermagem de um hospital de Santa Catarina. Através da análise das atividades realizadas durante o estágio, as autoras destacam que os profissionais de saúde (que foram acompanhados durante o estágio) apresentam dificuldades relacionadas ao trabalho em equipe, além de manifestarem o interesse na discussão de temas como, por exemplo, ansiedade, estresse e depressão. Ao final, tematizando a prática de estágio de psicologia no campo da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, as autoras enfatizam que “a atuação do psicólogo na saúde do trabalhador é um desafio, posto que exige aplicar conhecimentos obtidos na graduação e adaptá-los a uma realidade única”; nesse sentido, indicam as autoras, “realizar uma avaliação acerca das intervenções é um ponto norteador para repensar em práticas de saúde no contexto do trabalho”.

No artigo *Representações sociais de “pobreza” e “bolsa família” para mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda*, **Camila Cavaler, Marieli Mezari Vitali, Maiara Landro, Luiz Felipe Quadros, Amanda Castro e Jacks Soratto** apresentam uma pesquisa (realizada com mulheres beneficiárias de programas de transferência de renda num município do sul de Santa Catarina) com o objetivo de analisar representações sociais dessas mulheres sobre pobreza e sobre o Programa Bolsa Família. A partir da investigação realizada, os autores observam que, quanto ao termo indutor pobreza, aparece como possível elemento central a palavra “fome”, seguida dos elementos “miséria”, “dificuldade” e “tristeza”. Dados que são indicativos da “multidimensionalidade da pobreza e os efeitos simbólicos que

não estão necessariamente atrelados ao capital monetário”. Já em relação ao termo indutor “Bolsa Família”, o núcleo central é o elemento “ajuda”, seguido dos elementos “benefício”, “importante”, “comprar”, “escola”, “água”, “comida”, “renda” e “assistência”. Categorias que, na avaliação dos autores, indicam uma “perspectiva assistencialista das beneficiárias acerca do Programa”. Os dados levantados e analisados, na perspectiva dos autores do artigo, corroboram uma visão segundo a qual os “programas de transferência de renda têm pautado suas estratégias de enfrentamento à pobreza em políticas unidimensionais, que priorizam o valor monetário em detrimento de garantias sociais”. Nesse sentido, argumentam, “apesar de necessários para garantir condições mínimas de dignidade para a população, os programas de transferência de renda têm pouco potencial de mudança nas estruturas de sociais”.

Fernanda Torzeczki Trage e Tagma Marina Schneider Donelli em *Quem é o novo pai? Concepções sobre o exercício da paternidade na família contemporânea*, analisam, “a partir do olhar do novo pai”, o exercício da paternidade na família contemporânea. A análise enfatiza duas questões principais: a percepção sobre o exercício da paternidade e a percepção sobre a paternidade na condição de filho. Para as autoras, ser pai na atualidade afasta-se dos modelos tradicionais, uma vez que os pais exercem uma postura diferente com seus filhos daquela vivenciada na sua relação com seus progenitores. O pai contemporâneo, argumentam, mostra-se envolvido emocionalmente, mais participativo e comprometido, sentindo-se mais responsável pelas tarefas de cuidado dos filhos e da casa.

Em *Igualdade de gênero: uma revisão de literatura internacional*, **Helga Midori Iwamoto** apresenta uma revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema da Igualdade de Gênero. A partir da bibliografia considerada, a autora enfatiza exemplos de “de boas práticas”, mas, também, de “casos extremos de misoginia”. E destaca a necessidade de os estudos futuros sobre igualdade/desigualdade de gênero adotarem “como ideais teleológicos” a Declaração de Pequim e Teoria das Capabilidades de Martha Nussbaum, inclusive como expressão do comprometimento com a conquista e a garantia de direitos para as mulheres.

Régis Maliszewski da Silva, Larissa Rael dos Santos, Lethicia Guedes de Freitas Oliveira e Mariana Elizabeth Ceris Burtett Gudino, em *A percepção das mulheres privadas de liberdade acerca do início de sua vivência com o crime*, analisam o início na vida criminal entre mulheres privadas de liberdade. Destacam que, de maneira geral, para as mulheres privadas de liberdade o início na vida criminal está relacionado à “necessidade financeira”. No entanto, são experiências complexas, onde outros fatores também se apresentam, dentre os

quais a “morte do companheiro”, a “doença em algum membro da família”, o “envolvimento com as drogas”.

Em *Fatores sociais que contribuem para o acolhimento institucional de idosos*, **Simone Viviam Moura** argumenta que boa parte de idosos necessitam de cuidados em decorrência da redução da capacidade funcional. No entanto, nem todos conseguem ser assistidos pelos seus familiares, pois existem fatores sociais que impedem que esse suporte seja praticado no seio familiar. Nesse sentido, a autora propõe uma discussão, sob a ótica de garantia de direitos, acerca dos critérios para o acolhimento nas Instituições de Longa Permanência para Idosos. Argumenta que o acolhimento institucional no âmbito da política de assistência social, que ocorre em regime de internato, é indicado aos idosos sem vínculo familiar e com algum grau de dependência, bem como aos idosos em situação de violação de direitos.

Maria Luisa Bissoto e **Maria Isabel Vicente**, no artigo *O ensino como pesquisa e o desenvolvimento da autorregulação na educação superior: um estudo na graduação de Serviço Social*, avaliam se o alinhamento entre ensino e pesquisa, como proposto no âmbito de um curso de graduação em Serviço Social, vem trazendo contribuições “para dois componentes fundamentais a aprendizagens acadêmicas e profissionais bem-sucedidas: a autorregulação e a motivação”. As autoras avaliam positivamente “o desenvolvimento de metodologias didático-pedagógicas fundadas na associação ensino e pesquisa”. Argumentam que tais metodologias são relevantes para que os estudantes elaborem estratégias cognitivas para gerir, interpretar e organizar a informação; além de contribuírem para uma melhor administração do tempo dispendido para as atividades acadêmicas, para a mobilização de uma consciência relacionada à identidade profissional, para uma maior determinação quanto à importância de concluir os estudos e para uma maior motivação “para ser bem-sucedido”.

No artigo *A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo*, **Maria Lívia Nascimento** e **Flávia Cristina Silveira Lemos** problematizam a pesquisa-intervenção pelos caminhos da análise institucional e de suas ferramentas. Para tanto, analisam o processo de pesquisa por meio da noção de implicação e propõem o diário de campo como ferramenta fundamental para as análises. Na intenção de entrecruzar diferentes ferramentas da análise institucional, as autoras apresentam a pesquisa-intervenção como uma metodologia que se interpõe aos princípios de neutralidade e objetividade da ciência positiva, às suas dicotomias e produção de verdades.

Por fim, **Suane Pastoriza Faraj**, **Juliano Beck Scott** e **Aline Cardoso Siqueira**, em *Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência*, apresentam uma

experiência de oficinas de prevenção à violência, realizadas com mães e responsáveis dos alunos matriculados em séries iniciais de duas escolas de um município do Rio Grande do Sul. As oficinas tiveram o intuito de possibilitar um espaço de diálogo sobre a violência contra crianças e adolescentes. Nas oficinas, as participantes relataram vivência de violência física em suas histórias de vida e no seu cotidiano, indicando possuírem recursos diferentes da punição física no disciplinamento. Além disso, as participantes relataram a presença do abuso do álcool nas famílias e o desconhecimento das leis de proteção à população infanto-juvenil. De acordo com os autores do artigo, essas oficinas se constituíram em um momento reflexivo sobre a violência e os danos da mesma no desenvolvimento dos sujeitos. Nesse sentido, são espaços que devem ser fomentados, inclusive numa perspectiva de reforço do lugar político que a escola e a universidade devem ocupar na prevenção à violência.

Ao final deste Editorial, agradecemos a todos autores e todas autoras pela contribuição à Revista BARBARÓI, bem como aos pareceristas e às pareceristas que, sempre de forma generosa, dedicaram tempo em seus trabalhos para a leitura e a avaliação dos artigos. Muito obrigado a todos e a todas.

Destacamos, além disso, que, além deste número referente ao segundo semestre, está prevista também a publicação do segundo número especial dedicado ao Departamento de Ciências Humanas da UNISC (que, a partir do início de 2020, foi integrado a um novo Departamento, o Departamento de Ciências, Humanidades e Educação). Enquanto o primeiro número especial, editado ainda em 2019, publicou artigos de professores que atuaram no Departamento de Ciências Humanas, o segundo número especial será dedicado à análise do espaço político que professores e professoras do Departamento de Ciências Humanas ocuparam na construção de uma proposta de Universidade Comunitária (como é o caso da UNISC) no Rio Grande do Sul. Além de tematizar a importância das ciências humanas na formação universitária, o número trará entrevistas com os três últimos Reitores da UNISC (professores Luiz Augusto Costa a Campis, Vilmar Thomé e Carmem Lúcia de Lima Helfer) e republicará um artigo do primeiro Reitor da UNISC, professor Wilson Kniphoff da Cruz, inicialmente publicado no número 0 da BARBARÓI.

Reiteramos que a BARBARÓI, ainda que vinculada a uma nova unidade acadêmica da UNISC, mantém suas diretrizes de publicação, bem como suas áreas de preferência. Portanto, continuaremos com a editoração de uma Revista comprometida com a socialização de pesquisas, de reflexões, de estudos nas áreas da Filosofia, da Saúde, da Psicologia, do Serviço

Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia, do Desenvolvimento Regional.

E fica o convite, sempre, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração. Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná
Editor da BARBARÓI